

## Resolução nº 18/2000

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a decisão do Tribunal Pleno, em sessão realizada no dia 14 de junho de 2000.

RESOLVE,

Art. 1º. Regulamentar a operosidade como fator indispensável para a aferição do merecimento no ato das promoções dos juízes.

Art. 2º. Operosidade é o resultado de todo o trabalho desenvolvido em determinado período pelo juiz com vistas à entrega da prestação jurisdicional, assim entendida quando forem proferidas sentenças de mérito ou qualquer outra decisão que ponha fim ao processo, aqui denominadas terminativas.

Art. 3º. Na aferição da operosidade, o resultado encontrado poderá ser positivo, normal e negativo, apurada sua gradação levando-se em conta o número de processos distribuídos e o de sentenças ou decisões terminativas proferidas no mesmo período, de acordo com a seguinte operação:

$Pd - Pj = \text{operosidade}$

$Pd$  = processos distribuídos;

$Pj$  = processos julgados.

§ 1º. A operosidade será considerada positiva quando o magistrado resolver, através de sentenças e decisões terminativas, um número de processos superior ao daqueles distribuídos no mesmo período, abatendo, conseqüentemente, do estoque então existente.

§ 2º. A operosidade será considerada normal quando, no mesmo período, o magistrado proferir sentenças e decisões terminativas em número idêntico ao de processos distribuídos.

§ 3º. A operosidade será considerada negativa quando, no mesmo período, o magistrado proferir sentenças e decisões terminativas em número inferior ao de processos distribuídos.

§ 4º. Não serão computados para os efeitos dos parágrafos anteriores os processos suspensos, as precatórias e os registros públicos.

Art. 4º. Excluem-se da apuração da operosidade os processos suspensos por determinação judicial, com base nas leis que prevêm esta possibilidade, tais como: art. 89 da Lei 9.099/95; art. 40 da Lei 6.830/80; os inventários abandonados pelos inventariantes e os processos criminais parados nas comarcas do interior, por falta de defensor, etc.

Art. 5º. Os conceitos de operosidade impõem-se a todos os juízes.

Parágrafo único. A operosidade será obrigatoriamente considerada nas promoções por merecimento e antigüidade dos juízes titulares de varas e comarcas, bem como na aplicação de penalidades. Aos auxiliares e substitutos aplicar-se-á, apenas, a parte final deste dispositivo.

Art. 6º. Nas promoções por merecimento só concorrerão juízes que tiverem, no último biênio, operosidade positiva ou normal, ressalvadas as situações que se enquadrem no art. 7º da presente Resolução.

§ 1º. O juiz deverá inscrever-se para promoção, anexando, ao seu pedido, três cópias de sentenças cíveis e/ou criminais, para aferição da qualidade do trabalho;

§ 2º. A operosidade negativa, quando não justificada, acarretará a recusa do juiz mais antigo na promoção por antigüidade, sem prejuízo, em qualquer das hipóteses, de outras penalidades.

Art. 7º. O juiz que, nos limites de sua capacidade de trabalho não estiver tendo uma operosidade normal, deverá comunicar o fato à Corregedoria-Geral de Justiça. Neste caso, sua operosidade será comparada com a de juízes de outras varas ou comarcas à sua equiparadas, a fim de que se verifique o cabimento ou não da justificativa.

Art. 8º. O registro de "despachos" como "sentenças" que implique na errônea dos dados estatísticos da operosidade, é de inteira responsabilidade do juiz e o sujeitará às penalidades previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Art. 9º. A operosidade negativa dos juízes em estágio probatório comprometerá seu processo de vitaliciamento.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO  
MARANHÃO, em  
São Luís, 5 de julho de 2000.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF  
PRESIDENTE